


MARIA CAROLINA DE MELO AMORIM



Advogada pernambucana, nascida em Recife no ano de 1979 e formada pela UFPE em 2002. Há 21 anos, exerce a Advocacia na área criminal, com estudos acadêmicos em Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Público e Direito Constitucional.

 (81) 9 9972-4593

 carolina@rigueiraadvocacia.com.br

 OAB/PE 21.120

TRAJETÓRIA ACADÊMICA

- 2014 - 2017 • **Doutorado em Direito Processual Penal** - PUC/SP.
- 2010 - 2012 • **Mestrado em Direito Público** - UFPE/PE.
- 2008 - 2009 • **Especialização em Novas Questões de Direito Penal e Processo Penal** - FADIC/PE e ESMAPE/PE.
- 2004 - 2006 • **Especialização em Pós Graduação em Direito Penal e Processo Penal** - ESMAPE/PE.
- 1997 - 2002 • **Graduação em Direito** - UFPE/PE.

- Professora de pós graduação (Mestrado) da FADIC/Recife.
- Integra o corpo de pareceristas da Revista Brasileira de Ciências Criminais desde 2016 e da Revista Brasileira de Direito Processual Penal desde 2018.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Sócia do escritório Rigueira, Amorim, Caribé, Caúla e Leitão - Advocacia Criminal e Perseguições Governamentais.
- Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM (atual); Diretora Nacional do IBCCRIM (biênio 2021/2022); Editora Chefe do Jornal de Ciências Criminais do IBCCRIM (biênio 2019/2020); Coordenadora estadual do IBCCRIM/PE (biênio 2017/2018).
- Vice-presidente da Comissão de Direito Penal Econômico do Instituto dos Advogados de Pernambuco – IAP em 2016.

ATIVIDADES E FUNÇÕES DESEMPENHADAS NA OAB

- Triênio 2019/2021: Conselheira Estadual da OAB/PE e integrante do Tribunal de Ética e Disciplina – TED (presidente Bruno Batista).
- 2022: Representante da OAB/PE no concurso público para o cargo de juiz substituto do Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE.
- 2022: Membro do Comitê instaurado pela OAB/PE para análise e emissão de parecer sobre situação específica, instituído pela Portaria nº 459/2022.
- 2020: A convite da ESA Nacional, Palestrante no I Congresso Digital Nacional: Covid-19 Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia, no painel “Mudanças do Processo Penal do Pacote Anticrime em meio à Pandemia”.
- Triênio 2016/2018: Conselheira Estadual da OAB/PE (presid. Ronnie Duarte).
- 2004/2006: Vice-presidente da Comissão do Jovem Advogado.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA RECENTE

AMORIM, M. C. M. **O tempo do Processo e a Paridade de Armas**. 1. ed. Belo Horizonte: D´Plácido, 2020. 308p.

AMORIM, M. C. M. **A Inexigibilidade de Conduta Diversa**: fundamentos para a aplicação das causas supralegais no Direito Penal Brasileiro. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey Ltda, 2014. 272p.

AMORIM, M. C. M.; MELO, F. O. Gestão Temerária e Normas Penais. **DELICTAE**, v. 6, p. 291-313, 2021.

AMORIM, M. C. M.; MELO, F. O. A nova lei de Abuso de Autoridade e o elemento subjetivo dos tipos penais: análise do artigo 1º, §§ 1º e 2º da Lei 13.869/2019. In: PINTO, Felipe Chiarello de Souza; BECHARA, Fábio Ramazzini; FILHO, Marco Aurélio Florêncio. (Org.). **Abuso de Autoridade**. 1. ed. SP: Almedina Brasil, 2020, v., p. 25-42.

AMORIM, M. C. M. Mídia, Opinião Pública e um novo modelo de processo penal. **Ciências Criminais em Perspectiva**, v. 1, p. 241-264, 2020.

AMORIM, M. C. M. O Inquérito Penal: vicissitudes e mudanças necessárias. **Revista brasileira de Direito Processual Penal**, v. 6, p. 913-950, 2020.

AMORIM, M. C. M. Os critérios para identificação das causas supralegais de inexigibilidade de conduta diversa já reconhecidas no direito brasileiro e estrangeiro. **DELICTAE**: Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito, v 2, p. 250-332, 2017.

AMORIM, M. C. M.; GUIMARAES, A. Margens de preferência nas licitações e contratos: como compatibilizar a preferência a produtos e serviços nacionais e a concessão de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte? uma análise do tema à luz do construtivismo lógico. In: VIEIRA, Bruno Soeiro; DE OLIVEIRA, Frederico Antonio Lima. (Org.). **Direito Público Contemporâneo: ensaios críticos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2015, v., p. 165-201.

AMORIM, M. C. M. A sentença penal e o método de decisão do Construtivismo Lógico Semântico: as influências do magistrado na criação da norma penal individual e concreta. In: MAIA, Robson. (Org.). **As Contribuições do Construtivismo Lógico-Semântico para temas de Direito Administrativo, Penal, Tributário e Urbanístico**. 1. ed. Lauro de Freitas: Jam Jurídica, 2014, v. 1, p. 199-253.

AMORIM, M. C. M. Tréplica no processo penal: A réplica ministerial após o oferecimento da resposta à denúncia e a conseqüente necessidade de tréplica da defesa. **Jus Navigandi**, v. 19, 2014.

AMORIM, M. C. M. A legitimidade para o juiz penal decidir fora dos casos especificados na lei. **JAM Jurídica** (Salvador), v. 19, p. 53-67, 2014.

AMORIM, M. C. M. A natureza jurídica da desistência voluntária e a determinação de seus efeitos. **Advocatus**, v. 14, p. 44-49, 2014.

AMORIM, M. C. M. Considerações sobre o segredo judicial e as provas colhidas com a quebra de sigilo das comunicações telefônicas. **Boletim IBCCRIM**, v. 221, p. 13, 2010.

AMORIM, M. C. M. Da exigência de fundamentação no pronunciamento judicial que dá seguimento ao feito após a apresentação da defesa preliminar disciplinada pela Lei 11.719/08. **Boletim IBCCRIM**, v. Ano 16, p. 16-17, 2009.

AMORIM, M. C. M. Da impossibilidade de obrigar o contribuinte a apresentar, em fiscalização tributária, documentos comprobatórios de crimes tributários. **Boletim IBCCRIM**, v. ano 15, p. 6-7, 2007.